

2

Topologias da Região, o Internacional e Outras Metáforas

‘Regional words’ thus always reflect the regional worlds in which they have been developed.

Anssi Paasi

A região, ainda que se apresente como um conceito cuja miríade de significados leva invariavelmente à fragmentação do debate em seu entorno, continua a ser uma categoria espacial significativa em diversos campos do conhecimento⁹ — incluindo estudos voltados para as (R)relações (I)internacionais. A temática regional pode se referir a uma gama de questões que se inter-relacionam e se sobrepõem. Tais questões podem se desenvolver em torno de relações que vão desde as noções de parte e todo, particular e geral, singular e universal, ideográfico e nomotético, a um enfoque mais empírico, voltado para as relações entre categorias como central e periférico, moderno e tradicional, cosmopolita e provinciano, e, como não poderia deixar de ser, global e local (Haesbaert, 2010a:9). Dessa forma, cada área do conhecimento, motivada por conjuntos específicos de questionamentos, acaba trazendo leituras próprias sobre a região e os processos a ela relacionados, como o regionalismo e/ou a regionalização.

Em sua raiz etimológica, “regionalizar” se relaciona com a ideia de “recortar” o espaço ou nele traçar linhas, ao mesmo tempo em que é uma ação ligada ao sentido de “orientar(-se)” (Haesbaert, 2010a:9); ou ainda de “espaço sob domínio”, uma vez que o termo também remete, em última instância, a “régio” (rei) (Silveira, 2007:61)¹⁰. Contudo, como identificar os processos que estão por trás das dinâmicas que culminam nesse tipo de espacialização?

⁹ Sobre a interdisciplinariedade do conceito de região, ver: Paasi, 2002; Haesbaert, 2010a, 2010b.

¹⁰ Para um maior aprofundamento em relação à qualidade polissêmica do conceito de região, ver: Haesbaert (2010a:20-22). É interessante mencionar que uma das descrições do conceito, encontrada no Oxford English Dictionary e transcrita por Haesbaert (2010b) trata exclusivamente do imaginário em torno da região no âmbito da política internacional, do qual as nuances se busca mapear aqui: “an area of the world made up of neighbouring countries that, from an international point of view, are considered socially, economically or politically independent” (Haesbaert, 2010a:22)

Dada a amplitude e fragmentação dos enfoques que assumem – percebem, criam e recriam – a região como topologia, o presente capítulo se dedicará a mapear elementos do imaginário em torno da região no âmbito do internacional e global. O “internacional”, vale esclarecer, diferentemente de um objeto definido e pronto a ser acessado, é entendido aqui como uma metáfora espacial que se traduz em um campo de práticas políticas e disciplinares e que carrega em seu bojo uma série de premissas acerca da vida política moderna (Bigo; Walker, 2007; Walker, 1993). Nesse sentido, “região” faz parte do conjunto de conceitos que objetivam simplificar redes caóticas de relações através de instrumentos outros como, por exemplo, a noção de níveis de análise e a delimitação de áreas – de estudo e de experimentação política. Da mesma forma, a região aparece como um conceito/topologia com potencial ordenador, totalizador e homogeneizador de espaços, contextos e indivíduos.

Assim, o objetivo do capítulo não é realizar uma genealogia da região em Relações Internacionais. Menos profundo que isso e menos atento a chaves disciplinares em um sentido bem delimitado, o que se intenta é identificar o que se chamou aqui de “topologias da região”, ou seja, os lugares onde a região aparece (de forma evidente ou não) enquanto referencial ontológico e epistemológico nos estudos acerca do chamado internacional/global¹¹. Isso de forma a possibilitar, a posteriori, um esforço de interpretação e articulação de perspectivas que permitam problematizar certas abordagens e oferecer um olhar outro sobre o regional.

¹¹ Sobre o termo comumente utilizado de forma não só a denotar um processo de natureza próprio – embora longe de incontestado –, como também de descrever os processos que se desdobram a partir da metáfora do global, “globalização”, deve ser entendido como um conceito ambivalente que a partir dessa qualidade e da constelação de processos e significados que traz em seu bojo ganha existência (Bartelson, 2000). A ambivalência do conceito é traduzida nos três sentidos introduzidos por Bartelson (2000): transferência, transformação e transcendência. Globalização como transferência ou intercâmbio denota a existência de fluxos de diferentes naturezas (de produtos, indivíduos e ideias) entre unidades em interação e, tão logo, interdependentes – em Relações Internacionais, predominantemente Estados. Globalização como transformação diz respeito a processos que ocorrem a nível sistêmico e que influenciam de diferentes formas as unidades. No sentido de transcendência, globalização denota a desestabilização das distinções entre sistema, unidade e da própria ideia de dimensão. Em última instância, a globalização como transcendência se traduz como veículo de transformação conceitual e movimento (Bartelson, 2000:192). Embora em determinados momentos algum dos sentidos propostos na genealogia do conceito trazida por Bartelson apareça mais nitidamente, evidencia-se também alguma sobreposição ao longo das abordagens que serão contempladas. Ver: BARTELSON, J. Three Concepts of Globalization. *International Sociology*, 15. Pp. 180-196, 2000.

2.1

Topologias da Região e o Internacional/Global

Internacional e global são topologias comumente utilizadas para denotar uma ideia de totalidade (Darby, 2006) – e, de acordo com a abordagem, denotam também algum potencial homogeneizador em relação ao que seriam as “partes”—, ainda que não faltem abordagens críticas a essas “totalizações” (Muppidi, 2012; Appadurai, 1996). Não é intenção aqui, contudo, rumar para as complexidades de um debate acerca do que é (ou vem sendo, ou se transformando) o internacional e/ou o global, as relações e sobreposições entre eles, ou as condições de possibilidade para a emergência dessas topologias ou discursos topológicos. Mais pertinente aqui, contudo, é a noção avançada por Phillip Darby (2006) e, em alguma medida, por Nicholas Onuf (1998) sobre como ambas as topologias salientadas se configuram em constelações de histórias e representações da vida política contemporânea. Logo, o internacional, mais do que uma metáfora espacial, se apresenta como uma topologia do conhecimento político moderno.

Darby (2006) critica especificamente a artificialidade do discurso do internacional na medida em que este privilegia o geral, o sistêmico e o perene – e disso decorreria a dificuldade em conjugar discursos fundamentados em topologias diferentes a do Estado-nação e que estas seriam, portanto, relegadas às ditas margens do internacional. Onuf (1998a), por sua vez, vai salientar que, ainda que uma pluralidade de narrativas componha o que chama de pensamento internacional contemporâneo, essas narrativas estão galgadas na narrativa mais ampla que é a Modernidade. O quadro de referência mais comum no pensamento internacional contemporâneo, como coloca o autor, é o mundo dos Estados soberanos, ou seja, o “inter-nacional” (Onuf, 1998a). Topologia essa que se traduz na solução moderna para o problema da localização do político e, portanto, um componente duradouro do imaginário moderno (Onuf, 1998a; Walker, 1993:ix). De maneira interessante, Bigo e Walker (2007) vão chamar atenção ainda para a forma com que essa ontologia espacial sobre a qual se embasa grande parte dos estudos em Relações Internacionais – a ver, a do Estado soberano moderno e seu entorno, o sistema internacional anárquico – acaba por antagonizar tanto o global como o local em relação ao internacional.

Tendo em vista essas perspectivas críticas ao “internacional” enquanto topologia bem demarcada nos limites da interação entre Estados modernos, e enquanto analogia espacial para a modernidade em sua face eurocêntrica, bem como ao potencial igualmente totalizador do “global”, o foco aqui recai sobre as formas com que a região aparece enquanto topologia possível (e subordinada?) no âmbito de tais metáforas espaciais. Em suma, as próximas linhas serão dedicadas a mapear o que se chamará aqui de imaginário em torno da região no âmbito de abordagens implícita ou explicitamente relacionadas com as metáforas do internacional e/ou do global. Mais do que marcadores de um campo disciplinar ou uma metáfora para os espaços do político moderno, os topos internacional e global constituem quadros de referência para mapear o que se entende aqui por narrativas e imaginários sobre a região. Darby (2006) sumariza a discussão feita até aqui:

It is our contention that analysis must begin with the way in which the international has been parceled up between different knowledge formations – international relations, globalization, development theory, and international political economy, to name only the most obvious. It is as if we are faced with several different versions of the international, each tending to stand on its own. (...) [The discourse of the international] is a discourse without a middle. The global and the resistance it engenders can scarcely account for those social practices and diplomatic and strategic encounters that derive their meaning from lived geographies that are in between the global and the local and are variously termed regional, subsystemic, or pan (Darby, 2006:1; 17)

2.1.1

Região, Regionalização, Regionalismo e Regionalidade nas Relações Internacionais

“Região”, bem como termos daí derivados, é um conceito vago e contestado que merece alguma atenção. O geógrafo Rogério Haesbaert (2010; 2010b) diferencia região, regionalização e regionalidade, o que é importante para compreender como o debate sobre região se desdobrou em perspectivas voltadas para o internacional/global. A “região” pode ser entendida como uma entidade geográfica concreta – mas na qualidade de um constructo que se acomoda numa zona cinzenta entre a qualidade de “arte” e de “fato”, ponto esse a ser trabalhado com mais vagar em capítulos vindouros. A “regionalização”, por sua vez, aparece

como um “processo de diferenciação e/ou recorte do espaço em parcelas coesas e articuladas” (Haesbaert, 2010b:2), algo imbuído na atividade científica ou mesmo fruto de processos normativos, políticos e econômicos sobre o espaço, ou pode ser entendida ainda como um processo engendrado por fluxos de pessoas, pelo desenvolvimento de canais múltiplos e por redes sociais complexas (Hurrell, 1995:40). A “regionalidade” diz respeito à propriedade de “ser” regional tanto na dimensão do vivido como do simbólico (Haesbaert, 2010b). Já “regionalismo” deve ser entendido como uma política e/ou um projeto que se converte em processos que podem vir ou não a se configurarem como uma instituição (Fawcett, 2004).

Entretanto, apesar de esclarecerem o sentido do uso de determinadas variações sobre o regional, tais termos se interpelam na empresa complexa que é descrever o regional e os processos a ele atrelados. Como salienta Paasi (2002), região é um daqueles termos que, apesar da variedade de usos dentro e fora da área científica, e das dificuldades que isso pode engendrar, continua sendo crucial enquanto conceito para compreensão da vida política. Apesar de se ater à tarefa de mapear o ir, vir e o devir do conceito de região em debates emanados principalmente da Geografia, Rogério Haesbaert (2010a) traz uma passagem em que fica evidente o ressurgimento da questão regional em um contexto mais recente e no âmbito de debates acadêmicos, como salienta o autor, de diferentes naturezas e amplitudes:

A questão regional retoma hoje sua força, em primeiro lugar, pela proliferação efetiva de regionalismos, identidades regionais e de novas-velhas desigualdades regionais (que, de uma maneira ou de outra, devem ser atacadas por políticas de base regional), tanto no nível global, mais amplo, como no intranacional. Nesse sentido, apesar da propalada globalização homogeneizadora, o que vemos, concomitantemente, é uma permanente reconstrução da heterogeneidade e/ou da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença nos diversos recantos do planeta. Por outro lado, a questão ressurgue nas ciências sociais em função de vários debates acadêmicos. Desta forma, um certo retorno às singularidades e ao específico fica evidente em correntes como o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, denominações que, sob os prefixos “pós”, evocam mais características de um passado que esvai do que de um futuro efetivamente novo que se anuncia. Explicita-se, assim, a crise social e de paradigmas em que estamos mergulhados, o que exige, no mínimo, constante questionamento de nossas proposições conceituais (pp.15-16)

No âmbito dos estudos voltados para as Relações Internacionais, a literatura sobre a temática é vasta e ao mesmo tempo fragmentada. Inexiste um debate

coesos com foco especificamente no tema (Hurrell, 1995; Väyrynen, 2003). Até os fins da II Guerra, regionalismo não aparece no vocabulário da disciplina. A região só emergirá com força enquanto unidade de análise no contexto da Guerra Fria, como parte da discussão sobre padrões de cooperação e de conflito (Fawcett, 1995). Nas décadas de 1960 e 1970, a literatura sobre regionalismo experimenta também alguma expansão no encalço da proliferação de instituições regionais – com destaque, contudo, para o contexto europeu e a retomada do processo de integração a partir da década de 1980 (Hettne, 2002; Stubbs, Reed, 2006) – e de movimentos que fomentaram imaginações espaciais regionalizadas, como o Movimento dos Não-Alinhados e, tão logo, a ideia de Terceiro Mundo (Hurrell, 1995). Contudo, somente com a queda da estrutura de poder rígida da Guerra Fria que a região aparece como topologia mais evidente em Relações Internacionais (Fawcett, 1995; Stubbs; Reed, 2006). Parafraseando Cox (2006), após o fim da Guerra Fria, a diversidade da situação humana volta à tona.

De maneira geral, a região aparece através de discussões em torno do elemento processual, que é o regionalismo (Fawcett; Hurrell, 1995; Hurrell, 2005; Fawcett, 2004, Hettne, 2002; Hettne; Söderbaum, 2002), e de maneira nem sempre evidente em conceitos como “complexos regionais de segurança” (Buzan; Waeber, 2003; Lake; Morgan, 2007; Morgan, 2007), “comunidade de segurança” (Adler; Beverly, 2002), “ordens regionais” (Morgan, 2007), “blocos regionais” (Stubbs; Reed, 2006), ou mesmo “civilizações” (Huntington, 1996).

A região aparece ainda como elemento central no âmbito da chamada nova ordem global. É nesse contexto que ocorre o reavivamento do debate em torno do conceito, seja enquanto elemento relacionado a questões de (in)segurança e de interdependência também econômica, seja enquanto horizonte de processos de integração com vias de inserção ou resistência em relação às novas dinâmicas globais – ponto em que os “regionalismos” se destacam (Stubbs; Reed, 2006).

2.2

Região e Topologias do Conhecimento: sobre níveis de análise e Estudos de Área

A ideia de usar termo “topologia do conhecimento” para designar questões por trás do debate sobre níveis de análise e sobre Estudos de Área se relaciona

com um dos significados possíveis para “regionalizar”, que é “orientar-se” no espaço (Haesbaert, 2010:9). Pensar através de níveis ou a partir de processos ligados a uma determinada área do globo é, em larga medida, um ato de delimitar espaços e/ou orientar-se a partir deles. No que tange especificamente à região, na discussão sobre níveis de análise ela pode se apresentar como um produto, uma “imagem” – para usar o termo consagrado por Kenneth Waltz (2001) – a partir do qual o analista acessa o objeto de estudo em questão. No âmbito dos Estudos de Área, por outro lado, a ideia de região se converte em produtora de “imagens” – agora num sentido ligado à ideia de representação – acerca de espaços sociais encapsulados e convertidos em objetos de estudo.

Ainda que o termo “nível” seja integral ao pensamento contemporâneo acerca do internacional (Onuf, 1998a:20), sua definição não é precisa. A ideia por trás do termo pode denotar escala, hierarquia, unidade (“a coisa a ser estudada”), delimitação, horizontalidade e verticalidade, dualidades como a entre parte e todo, ou ainda, como Patomäki poderia atestar, como “diferentes tipos de contextos interpenetrados” (Onuf, 1998b:195). Enquanto Singer (1961) fala de dois níveis principais (sistema internacional e subsistemas nacionais), Kenneth Waltz (2001), outro expoente da discussão, traz a ideia equivalente de “imagens” (indivíduo, estado e sistema interestatal) em “Man, the State and War”. No que tange ao aspecto metodológico, a problemática dos níveis de análise em Singer aparece como uma questão de individualismo ou coletivismo, comportamental ou sistêmico, na mesma linha que Waltz anos antes (Onuf, 1998b: 193).

Ao discutir a temática, Collin Wight (2006) chama atenção, dentre outras nuances que não serão aprofundadas aqui, para a diferença entre unidade e níveis de análise. Enquanto “unidade de análise” se refere ao objeto de investigação, “nível de análise” se relaciona com a maneira de explicar o aspecto do objeto em questão. A distinção está entre o que se quer explicar (unidade) e como se explica isso (nível de análise ou nível de explicação). Tomando por exemplo a discussão precursora sobre níveis de análise nas Relações Internacionais feita por Singer (1961), pode-se inferir que o comportamento dos Estados constitui sua unidade de análise e dois são os níveis de análise ou explicação para essa unidade, o sistema internacional e o próprio Estado moderno. Se no trabalho de Singer é possível reconhecer um nível de análise abaixo do Estado, que seriam os indivíduos, esse estaria também atrelado à ontologia social do Estado à medida que os indivíduos

são admitidos somente enquanto cumpridores de papéis, nos termos do chamado interesse nacional (Wight, 2006:106).

Isso conduz à crítica de Walker (1993) à linguagem espacial moderna na qual estão imbuídos também os ditos níveis de análise em Relações Internacionais. Segundo a interpretação de Walker, toda questão envolvendo níveis de análise – especificamente no âmbito do debate acerca do internacional – se converte em problema, uma vez que os níveis são considerados segundo uma ordem vertical – e, tão logo, hierárquica – das relações entre indivíduos, estados e sistema. Nos termos de Walker, tal ordenamento deveria ser contemplado em sua “horizontalidade” (Walker, 1993:134).

[W]hat, precisely, are we to make of all those categories that this typology manages to ignore so effectively categories of class, nation, gender and ethnicity, or categories based on region and locale? Are they in fact all simply subsumable within accounts of individual subjectivity, or statist community, or international anarchy? (p.132)

Tendo em vista a amplitude e profundidade desse debate, especialmente importante nos termos da discussão que se busca avançar aqui é a possibilidade da ideia de nível simular “espaços emoldurados” (Onuf, 1998b). Níveis de análise e a linguagem daí suscitada são elementos onipresentes em Relações Internacionais e abordagens afins e estão relacionados à própria forma com que a disciplina se constituiu, a ver, a partir da dualidade entre as metáforas do “dentro” e “fora” (Walker, 1993:131-134; Bigo; Walker, 2007). Nesse sentido, o que Bigo e Walker (2007) identificam como o problema do internacional vai além da própria definição do “internacional” como objeto de análise. A questão se traduz, dentre outras possibilidades, na exclusão da esfera do social – quase sempre limitada às ações de lideranças e burocracias políticas ligadas aos Estados, – e na delimitação de fronteiras – e aqui se fala em fronteiras tanto em relação às transformações contemporâneas envolvendo o nacional e o internacional, global e local, como em relação a fronteiras interdisciplinares (Bigo;Walker, 2007). A questão dos níveis de análise estaria imbuída ao mesmo tempo em que é condição de possibilidade (ontológica e epistemologicamente falando) para esse tipo de suposição.

The ‘levels of analysis’ schematic works especially well to this effect, not least by encouraging analysis of individuals, states and system of states as autonomous practices, thereby discouraging attention to the problematic *relations between* individual and state or state and system of states that have, in other contexts, been identified as core sites of antagonism in the organisation of modern political life, or to the economic, cultural and social practices that some might think provide

crucial conditions under which it is possible to understand the individuals, states and system of states that have so easily been reified in this pervasive framing of the problem of the international (Bigo; Walker, 2007:728 - ênfase nossa)

A noção de espaços emoldurados está relacionada ainda à representação do espaço como algo homogêneo ou, em outras palavras, como um receptáculo vazio a espera de ser preenchido. Como coloca Onuf (1998b):

Abstractly speaking, two processes shape, even control, the emergence of the modern world: individuation and homogenization. These processes are intimately related. By individuation I mean the process in which positivities attain their singular identities. Attributes define them and not relations. Individual positivities, be they human, social or material, can only be seen as such in "homogeneous space," as Walker put it (...). Homogeneous space must be framed by objective, standardized coordinates, because it is formally empty itself, just as any picture must be framed for us to see the positivities within the picture's space. Space only exists as we frame and measure it (p.204)

O artifício do espaço homogêneo também pode caracterizar perspectivas sobre região. Uma vez definida a região – através puramente do olhar do analista ou da observação das dinâmicas ou mesmo discursos de *determinados* atores e processos, – ela se torna um espaço emoldurado onde o imaginário moderno acerca de níveis de análise, “autoridade e subordinação, territorialidade, *inside/outside*, e metáforas sobre alto/baixo” (Walker, 2000) terá lugar. Se concebida enquanto, nas palavras de James Mayall (1995), um “*middle ground concept*”, a ver, um intermédio entre o global e o local/doméstico, um elemento entre os confins ideológicos do cosmopolitismo e o nacionalismo, a região se traduz em mais uma manifestação da ontologia espacial sugerida acima. Recuperando as nuances apresentadas do argumento de Wight (2006), se admitida enquanto nível ou unidade de análise, a região possivelmente emularia a lógica do sistema internacional ou do Estado moderno.

Dimensões do imaginário em torno da região tangenciam também o debate entre os *topos* global e internacional e os chamados Estudos de Área. Os Estudos de Área se estabeleceram no ambiente acadêmico estadunidense à época da II Guerra (Unesco, 1952; Duroselle, 1952; Morgenthau, 1952) e ganharam notoriedade também no contexto da Guerra Fria (Acharya, 2005; Appadurai, 1996). Assim, os Estudos de Área se configuraram, antes de tudo, como arma de guerra pela via do conhecimento pretendido sobre alguma região e população

(Unesco,1952), e se desenvolveram a partir de constantes disputas no ambiente acadêmico estadunidense (Tetti, 2007)¹².

Acharya (2005) salienta os pontos nodais do debate, que não é recente, entre a disciplina de Relações Internacionais e os Estudos de Área em geral: a dualidade entre disciplina e área (ou em outros termos, entre universal e particular) e o impacto da globalização na relevância da região ou área enquanto unidade de análise. No que tange ao primeiro ponto, Tetti (2007) traz uma síntese:

IR uses analytical strategies which assume the region's politics can be understood using the same analytical categories and variables as those deployed elsewhere. IR therefore understands regional politics as a *variation* upon a universal set of laws based on 'Western' history. (...)Where culture and history enter such analyses, they often highlight the region's *exceptionalism* rather than its *distinctiveness*, implicitly legitimizing the pursuit of exceptionalist policies such as the 'necessity' of collaboration with unsavoury regimes during the Cold War. Huntington's (1993) 'Clash of Civilizations' is exemplary: it represents cultural distinctions in such a homogenized and antagonistic fashion as to produce oversimplified objects — 'Islamic', 'Sinic' or 'Western' civilizations — hardly recognizable to area specialists (P.120)

Já no que concerne ao segundo ponto, pode-se dizer que o impacto da globalização não necessariamente mina a relevância da região enquanto unidade de análise, mas sim a ideia de “unidade” de análise. Isso no sentido de que a região não pode mais ser concebida (somente) a partir de padrões geográficos, mas deve-se levar em conta o que Willa Tanabe chama de “geografia de áreas culturais” (Acharya, 2005) ou o que Arjun Appadurai (1996) chama de “*landscapes*”.

Area study scholars perhaps failed to recognize the importance of global forces because they misconstrued the geography of cultural areas. The geography of the Philippines is no longer bounded by oceans surrounding the Philippine islands; rather, we can map Filipino culture as a flow chart that includes Hong Kong, Saudi Arabia, N. Marianas and Los Angeles. We must recognize that communities and areas can be mapped in very different ways. (...) If we see that our notion of area can no longer be a bounded system of social, national or cultural categories and that the most critical issues today are those that cross borders, then we face the question of how to recognize and reconceive the ways we do scholarship. Area studies must cross borders to remain relevant (Acharya, 2005:12)

¹² Para uma geneologia da relação entre os campos das Relações Internacionais e os Estudos de Área (mais especificamente Middle East Studies), ver: TETTI, Andrea. Bridging the Gap: IR, Middle East Studies and the Disciplinary Politics of the Area Studies Controversy. *European Journal of International Relations*, Vol.13 (1), 2007. Pp. 117-145

Nesse sentido, Appadurai (1996), crítico a essa tradição, identifica um ponto positivo e um negativo nos Estudos de Área. O ponto positivo está na observação de que os Estudos de Área se convertem em refúgio para estudos dedicados a língua e literatura estrangeiras, perspectivas alternativas e mudanças socioculturais que tem lugar fora da Europa ou dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a tradição dos Estudos de Área tem se desenvolvido e se mantido confortável com as velhas cartografias do mundo – Estados e macrorregiões, propriamente falando – e insensível a processos que fogem da lógica espacial usual (Appadurai, 1996:17; Acharya, 2005:3). Nesse sentido, os estudos de área trazem em seu bojo a tendência de isomorfizar divisões geográficas, diferenças culturais e fronteiras nacionais, o que, por seu turno, leva a outra tendência, que é a de retratar processos sociais através desse tipo de mapa cultural-nacional do mundo (Appadurai, 1996:16). Aqui cabe ainda a crítica relacionada de Appadurai à noção de que o globo é constituído por um “mosaico de culturas” assentadas em regiões bem definidas – ponto que a noção de *landscape* e ainda o conceito de translocalidade, difundido recentemente entre os chamados estudiosos de Áreas (Freitag; Oppen, 2010) se tornam alternativas interessantes. E é nesse sentido também que a crítica aos estudos de área, inaugurada em larga medida pelos trabalhos de Edward Said (2007; 2011), vai se colocar: salientando como o imaginário espacial acaba sendo alimentado por sentidos de importância estratégica (lógica saber-poder), pelo fetichismo histórico e o reducionismo em relação a determinados espaços do globo.

Levando isso em conta, a ideia de translocalidade vem se popularizando enquanto catalisador dessa relação entre disciplinas e Estudos de Área e como ferramenta heurística para interpretar a emergência de espaços e escalas decorrentes de fluxos de pessoas, bens e ideias, bem como a relação complexa entre localidades e elementos translocais (Freitag; Oppen, 2010:4). Ao se atrelar à ideia de movimento, o conceito de translocalidade permite transgredir noções duras de fronteiras e olhar para dinâmicas produtoras de espacialidades outras e localizadas fora do foco usual, geralmente voltado para as dinâmicas do chamado Ocidente. Contudo, na descrição do conceito enquanto prisma metodológico para Estudos de Área, Freitag e Oppen (2010) acabam por atrelar o conceito à ideia de um *modus operandi* para pesquisas voltadas para Ásia, África e América Latina, em contrapartida a metodologias desenvolvidas no Ocidente e comumente

aplicadas às realidades nesses outros espaços. Logo, ainda que saliente a importância de fluxos e da produção de espaços transversais, a noção de translocalidade oferecida pelos autores acaba em alguma medida caindo na lógica que procuram transgredir, que é a da demarcação de fronteiras evidentes entre os espaços do Ocidente em detrimento dos demais. Dessa forma, a busca por transgredir noções duras de local e global e de salientar os entremeios da produção de espacialidades ao sugerir um método mais adequado às realidades acaba por homogeneizar e colocar em oposição dois outros *topos*: Ocidente e não-Ocidente (Ásia, África e América Latina). No capítulo introdutório ao volume que dedicam à apresentação de uma agenda de pesquisa alternativa para os estudiosos de Áreas, colocam:

This volume is an exercise in taking such a perspective from regions in Asia, Africa and the Middle East which have a long history of connections both within each of these regions as well as between them. This requires firstly a particular methodological sensorium for detecting connections beyond the ‘local’, which has been privileged in studies of the non-European world. (...) Secondly, what is also needed is an intermediary concept which helps to better understand and conceptualise connections beyond the local which are, however, neither necessarily global in scale nor necessarily connected to global moments. What we want to offer here as a terminological approach towards such a concept is ‘translocality’. In the following, we understand ‘translocality’ both as a descriptive tool that seems to be more adapted to the specific empirical realities in Africa, Asia and the Middle East than related terms established with regard to the West, and as a perspective to conceptualise research on these realities (Freitag; Oppen, 2010:3-4)

Retomando o tópico em torno do debate sobre níveis de análise, a questão aqui não é negar a função analítica desses construtos ou a importância que essa linguagem ganhou em determinadas disciplinas – especialmente aqui, nas Relações Internacionais (Onuf, 1998b). O que se salienta são os problemas que emergem quando os níveis assumem uma ontologia dura que não permite olhar para além desse espaço emoldurado e, tão logo, para as relações sociais que permeiam sua própria constituição enquanto tal. Da mesma forma, é preciso levar em conta o elemento político por trás da hierarquia dos níveis de análise no âmbito dos estudos do internacional e do global, posto que, como discutido, tal hierarquização também contribui para a reificação de uma ontologia específica para a vida política – a do Estado moderno. No que tange ao *topos* específico da região, o que se pretende com isso sugerir não é que a região se configure como “um nível” dotado de dinâmicas próprias em detrimento de outros níveis como o

global ou local/nacional ou que seja um nível “de médio alcance”, entre esses dois topos. Em contraposição a isso, o que se buscará sugerir em um momento posterior desse estudo é que a linguagem dos níveis se mostra inadequada para entender a região em sua face performativa, enquanto um “artefato”.

O que se depreende desse diálogo geral entre, na falta de termos melhores, disciplinas voltadas para o internacional e o global e os Estudos de Áreas é que nem o universalismo das teorias desenvolvidas no contexto específico europeu ou estadunidense e nem o particularismo evocado por determinados especialistas em Estudos de Área se mostram suficientes. Em ambas as perspectivas, à primeira vista, a região aparece como um instrumento de captura e homogeneização de sujeitos e contextos – seja por parte do analista que concebe suas ferramentas teóricas como universalmente aplicáveis, seja por parte do estudioso de áreas que acredita que ao conceber determinada região como um espaço encapsulado e único estará livre de dinâmicas que não florescem necessariamente em seu interior.

2.3

Leituras da Região nos Estudos de Segurança e Economia Política Internacional

As abordagens e conceitos trazidos pelos Estudos de Segurança e de Economia Política Internacional, ainda que olhem para aspectos diferentes da realidade e, portanto, se traduzam no que se chamou aqui de “topologias temáticas”, possuem pontos importantes de interseção. O primeiro deles é a percepção de que o fim da Guerra Fria significou a liberação da região, enquanto topologia de análise e de ação política, em relação à sobreposição sistêmica da estrutura de poder bipolar. Em alguma medida, o debate sobre uma nova ordem global também permeia esses dois conjuntos de abordagens. Nos Estudos de Segurança o debate se desenvolveu em torno de conceitos como “complexos regionais de segurança” (Buzan, Waeber, 2003; Lake, Morgan, 1997), “ordens regionais” (Morgan, 1997), “comunidade de segurança” (Adler; Beverly, 2002) ou a noção de “civilizações” (Huntington, 1996) dentre outros. Já as análises de EPI lançaram foco sobre a relação entre os processos ligados à globalização neoliberal e às regionalizações que culminaram em blocos regionais ou não (Hveem, 2006).

Ambas as temáticas estão lidando predominantemente com o que Söderbaum (2005) caracteriza como “macrorregião”, que é a noção de região composta predominantemente por atores estatais e que caracteriza um intermédio entre o estatal e o global.

Lake & Morgan (1997) e Buzan & Waever (2003) se apoiam no conceito de “Complexos Regionais de Segurança” (CRS) para teorizar acerca do papel do regional enquanto uma escala onde dinâmicas de segurança – e, nos termos de Buzan & Waever, a securitização – emergem e conformam outros pólos de interação. Na definição dos autores, complexos regionais de segurança são estruturas que possuem efeitos mediadores na forma com que as dinâmicas globais de polaridade de poder operam no sistema internacional (p.40). Um CRS se define ainda em termos de estrutura e distribuição de poder e através das dinâmicas introduzidas pela teoria da securitização. Nas palavras de Buzan e Waever (2003):

The fact that the regionalist approach features a distinct level of analysis located between the global and the local is what gives RSCT [Regional Security Complex Theory] its analytical power (...). Regions, almost however defined, must be composed of geographically clustered sets of such units, and these clusters must be embedded in a larger system, which has a structure of its own. Regions have analytical, and even ontological, standing (...) (p.27)

O CRS é, em primeira instância, um conceito definido e aplicado pelo analista – ainda que, como colocam esses autores, seja contingente às práticas de segurança de atores sociais, principalmente Estados (Buzan; Waever, 2003:48). Nos termos de um CRS, a região é um *nível* onde os Estados ou outras unidades se entrelaçam de tal maneira que se tornam interdependentes em questões de segurança. O regional se caracterizaria, então, por ser o *tópos* onde os extremos da segurança nacional e global se interpelam e, dessa forma, onde as dinâmicas mais relevantes ocorrem (p.43). Partindo do pressuposto de que as dinâmicas de segurança se caracterizam por um forte componente territorial – o que, portanto, dificulta a inclusão de atores não-estatais nesse esquema – Buzan e Waever (2003) entendem que os CRS são construtos mais próximos da realidade da segurança Pós-Guerra Fria do que o que chamam de perspectiva globalista – marcada pelo pressuposto da desterritorialização. Apesar de aparecer como um artifício do analista para organizar as dinâmicas de segurança a partir do elemento

da territorialidade ou adjacência, a região também possui uma ontologia própria enquanto algo entre o global e o nacional.

Fronteiras, polaridade, estrutura anárquica e construção social (tanto em relação aos elementos que representam ameaças, como aos padrões de amizade e inimizade dentro do Complexo) são, nas palavras desses autores, os componentes da estrutura essencial de um CRS (Buzan, Waever, 2003:53). Segundo a proposição dos autores, a teoria dos CRS, quando aplicada ao todo do sistema internacional, oferece um panorama da ordem mundial emergente, bem como um método para estudar regiões específicas – ou seja, aplicada de forma descritiva, pode se converter em uma matriz para os Estudos de Área (Buzan; Waever, 2003:41, 52)¹³.

Com atenção ao debate entre, de um lado, perspectivas influenciadas pela literatura tradicional de Relações Internacionais (onde as relações internacionais são semelhantes em qualquer espaço e entre quaisquer atores), e de outro lado, perspectivas influenciadas pelos especialistas em Estudos de Áreas (onde cada caso aparece como único), Lake & Morgan (1997) vão advogar por um enfoque comparativo a partir do qual as regiões podem tanto ser diferenciadas como permitir generalizações sobre o tema (pp. 7-11; Buzan; Waever, 2003:78-82). Entretanto, uma diferença importante entre as abordagens está no fato de Buzan & Waever considerarem o regional como algo à parte do global, no sentido de ter dinâmicas próprias, ao passo que Lake & Morgan entendem os complexos regionais de segurança como estruturas porosas. Os últimos incluem grandes potências externas como partes desses complexos – não apenas como um “overlay” –, caso influenciem nas dinâmicas internas do mesmo. Assim, perde-se o elemento da territorialidade ou adjacência tal qual em Buzan & Waever que, por sua vez, propõem ainda uma total separação dos níveis para posteriormente buscar analisar as interpelações entre eles (Buzan & Waever, 2003:78-82). Já Lake & Morgan (1997) veem na interpelação dos níveis a forma de eliminar o desconforto com a divisão artificial entre níveis de análise.

¹³ Sobre esse tópico, os próprios autores fazem uma ressalva quanto a possibilidade de determinada área não se configurar como um CRS. Isso ocorre através do que chamam de *overlay* (influência direta de uma potência ou das dinâmicas de outro CRS na segurança local) ou ainda da falta de uma estrutura no nível regional, já que atores locais podem acabar não gerando padrões próprios de interdependência em segurança.

Sobre o mesmo tópico, Morgan (1997) introduz ainda outra diferenciação. Dado o problema da flexibilidade da ideia de região, o autor sugere os CRS – nos termos colocados acima – como um quadro mais profícuo para análises de padrões de conflito e cooperação em segurança.

Regions can be designed on the basis of conditions or factors that are constant or ones that vary. Geography or major ethnic or cultural groups are often used for the first. For the second almost anything can apply: level of economic development, nature of political systems, degrees of interdependence. How does one define a region? Judging by the literature, this cannot be resolved to everyone's satisfaction. (...) My concern is with regional security complexes as opposed to regions (pp.24-25)

Morgan (1997) traz ainda a diferenciação entre ordens e complexos regionais. Ordem regional diz respeito a arranjos tradicionais através dos quais a segurança é gerenciada, e vai dos mecanismos de distribuição ou balanço de poder aos esforços de cooperação – Morgan menciona concertos, segurança coletiva, comunidade pluralista de segurança ou mesmo esforços de integração (pp.24-42). Logo, a região é também marcada aqui por elementos de ordenação construídos pelos atores que a compõem – aqui, predominantemente Estados. Dada sua estrutura múltipla, um CRS pode conter mais de um desses tipos ideais de ordem, embora um normalmente se apresente como dominante (Lake & Morgan, 1997:12). De toda forma, ambos são conceitos analíticos para compreender dinâmicas de segurança no nível regional a partir de uma perspectiva que se pretende multinível (p.14).

Um dos tipos de ordem regional identificados por Morgan (1997) é o objeto de estudo de Adler e Beverly (2002) – a “comunidade de segurança”. Comunidades de segurança, definidas como “regiões transnacionais compostas de estados soberanos cujos povos mantêm expectativas mútuas de mudança pacífica” (Adler; Barnett, 1998:38 apud Adler; Beverly,2002:9), surgem a partir da percepção por parte dos atores (primariamente Estados) de que compartilham questões de segurança. Essa insegurança partilhada propicia a construção de identidades comuns que, por sua vez, irão conformar a imaginação coletiva em torno do espaço regional (p.12), culminando nas chamadas “regiões cognitivas” teorizadas por Adler (Adler, Beverly, 2002).

Já no que concerne à tese do “choque de civilizações” de Samuel Huntington (1996), são amplos os critérios utilizados para desenhar a cartografia

das civilizações proposta – ora baseada em critérios religiosos, ora em critérios culturais não especificados, ora em interações políticas e dinâmicas de insegurança mútua. Embora Huntington traga uma definição restrita de região enquanto entidade não-política, no intuito de diferenciar esse conceito das suas “civilizações”, os critérios que utiliza convertem o conceito de civilização em espaços bem delimitados e que esbarram em definições usuais do que Söderbaum (2005) caracteriza como macrorregião. Segundo Campbell et al (2007), a geografia regional proposta por Huntington tem influenciado de forma decisiva a performatividade de discursos como o de “eixos do mal”, provenientes em larga medida das instâncias diplomáticas dos Estados Unidos, em regiões específicas do globo. O próprio discurso em si teria um potencial integrador ao regionalizar áreas não necessariamente relacionadas entre si através das categorias “eixo do bem” e “eixo do mal” – composto predominantemente por áreas onde o Islamismo se mostra presente.

Ainda que traga o cultural como elemento chave para definir o processo de construção de uma civilização e o processo de interação entre essas entidades, o quadro de Huntington (1996) é alimentado por uma discussão acerca da produção da insegurança a partir da lógica amigo/inimigo e da conseqüente iminência de conflito entre as diferentes civilizações. Assim, enquanto que nos complexos de segurança, comunidades de segurança ou ordens regionais o aspecto regional está relacionado à matriz das práticas de segurança entre os atores, ou seja, as interações acerca da segurança são internas, em Huntington (1996) a ênfase recai sobre civilizações de base cultural e escopo amplo (como a Islâmica, o Ocidente e a Ásia), e o conflito emerge nas fraturas dessas macrounidades culturais (Buzan; Waeber, 2003: 40-41). Logo, o elemento da proximidade geográfica tem valor diferente em Huntington e o espaço-região das civilizações são definidos a partir da diferenciação em relação a “Outros” exteriores à região em questão.

De forma geral, a região aparece como dotada de uma ontologia própria que se traduz em seu lugar enquanto algo entre o global e o nacional/local; Simultaneamente, a região possui uma ontologia espacial dependente de outro referencial: o Estado. Disso emerge o entendimento compartilhado (de forma evidente ou não) de que a região aqui se define como um conjunto de Estados geograficamente próximos, ou de que a espacialidade da região emula as características da concepção moderna acerca do espaço – fronteiras bem

demarcadas, lógica dentro/fora, homogeneidade e, tão logo, não contemplação das diferenças e das relações sociais que a compõem enquanto tal. Esse entendimento fica evidente inclusive na definição de Morgan (1997), uma vez que o autor faz questão de demarcar a diferença entre a região e o CRS – nesse caso, não necessariamente ligado ao critério da adjacência territorial. Da mesma forma, a ideia de região aparece como um elemento de “captura”, na medida em que não são problematizadas as relações sociais e a maneira com que a própria região emerge como locus possível. Uma vez identificadas as dinâmicas de insegurança, a representação de um espaço emoldurado sugerido pela ideia de região é acionada de forma a organizar os elementos em questão. A temática é o que define a região – e a ideia de região já está atrelada às cartografias usuais dos mapas.

No que tange à literatura com bases em EPI, Stubbs & Reed (2006) chamam atenção para a dificuldade em identificar o elemento regional – uma vez que suas fronteiras são sempre fluídas e contestadas frente às dinâmicas do mercado e da miríade de atores envolvidos (Stubbs; Reed, 2006:291; Underhill, 2006:6). No entanto, ainda que exista o debate maior sobre essa divisão do trabalho entre atores no âmbito da globalização neoliberal – culminando inclusive em argumentos sobre a perda de poder do Estado (Strange, 2002), bem como contrapontos a isso (Cox, 2006) –, a prevalência do Estado como unidade de análise convencional em EPI ainda é salientada (Dicken, 2002; Gilpin, 2001). Nesse sentido, a região aparece, nas palavras de Dicken (2002), como uma escala de atividade articulada principalmente por Estados.

Sobre o papel da região enquanto *topos* no contexto da globalização neoliberal, Stubbs e Reed (2006) identificam como questão central, especialmente no caso das abordagens em Relações Internacionais, a possibilidade de padrões regionais (de integração ou apenas interação) atuarem como catalizadores ou obstrutores da globalização. É no seio desse debate geral – e caro nas Relações Internacionais, como demarcam os autores – que surgiram estudos dedicados a estudar os padrões de interação no âmbito do chamado “novo regionalismo” (Fawcett, Hurrell, 1995).

Regionalismo também pode se referir a um padrão desenvolvido de forma geograficamente concentrada (regionalismo particularista) ou caracterizar um novo padrão de ordenação mundial (regionalismo universalista) (Hettne, 2002:156-157). Hurrell (2005) sumariza:

For some, regionalism is seen as one amongst a range of contending world order projects and, in particular, as a conscious attempt to reassert political control over increased economic liberalisation and globalisation. For others, regionalism takes on a more specifically political economy focus – either reproducing dominant forms of neoliberal economic governance at the regional level, or serving as a form of resistance to globalisation and as a platform where alternative norms and practices can be developed. But, from this perspective, the crucial point is that it needs to be understood within the global restructuring of power and production (p.42)

Concernente ao debate sobre as relações entre regionalismos e globalização, Hveem (2006), por sua vez, descreve a tensão entre a percepção do regionalismo como reação às dinâmicas competitivas da globalização neoliberal e como oportunidade no âmbito dessas dinâmicas – tanto para Estados como para outros atores. Logo, tem-se a região em sua esfera processual (regionalização e/ou regionalismo) como um espaço de competição, barganha e busca por vantagens. Essa esfera pode conduzir a duas formações com peculiaridades próprias, mas não excludentes entre si: uma que diz respeito à projeção das lutas de elites governamentais para um nível institucional e burocrático que está numa escala acima do Estado; ou uma que assume a forma de uma réplica menor da geopolítica de luta barganha interestatal por ganhos (Gilpin, 2001:348-361). Já Hettne (2002), em outros termos, caracteriza a regionalização enquanto um processo de mudanças complexo que ocorre em três níveis simultaneamente: nas estruturas do sistema internacional como um todo, nas relações entre regiões, e internamente a cada região. Logo, a produção da região aqui aparece como um fenômeno multiescalar e fragmentado, mesmo quando entendido enquanto um projeto político. E, da mesma forma, o “nacional” está, de forma implícita ou explícita, presente enquanto elemento catalisador ou obstrutor da regionalização nesse âmbito¹⁴.

Um grau mais profundo de regionalização pode culminar ainda na concepção da “região como sujeito atuante, com identidade distinta, capacidade de ação, legitimidade, e estrutura para tomada de decisão” (Hettne; Söderbaum, 2002: 158; Hettne, 2002). E o exemplo comumente citado é a União Europeia. Hettne (2002) aponta esse nível de integração como o *telos* do novo regionalismo. Nas palavras desse autor, é possível falar de graus de regionalidade de forma

¹⁴ Vide, por exemplo, subseção sobre a iniciativa de cunho regionalista, a União Árabe Maghrebina, no capítulo IV desse estudo.

análoga a conceitos como ‘*stateness*’ e ‘*nationness*’ (p.157), guardadas as diferenças de cada região. E é nessa linha que parte dos estudos comparativos entre os chamados blocos político-econômicos regionais se desenvolve – a partir da metáfora dessas regiões como atores e, ao mesmo tempo, como áreas de estudo (Katzenstein, 2005).

Fredrik Söderbaum (2005), por sua vez, trata de um aspecto que vai de encontro ao imaginário geral que permeia as Relações Internacionais e parte das abordagens em EPI: as relações entre os regionalismos micro e macro. Na tentativa de descrever nuances nas escalas do regionalismo, Söderbaum (2005) identifica macrorregião, conforme já mencionado aqui, como amplas unidades territoriais localizadas entre os níveis global e estatal. Já microrregião, nas palavras do autor, se refere às unidades entre os níveis nacional e local e, por vezes, diz respeito ao nível transnacional (“regiões transfronteiriças”). Entre outras questões mais profundas que não serão adentradas aqui, Söderbaum sugere que as dinâmicas da globalização neoliberal tem gerado transformações importantes e que transcendem o espaço do Estado – embora estejam de alguma forma relacionadas a ele. Entretanto, conforme colocado pelo autor em outro momento, ainda que se tenham abordagens preocupadas em conjugar essas duas esferas do regionalismo – dado o que identifica como transcendência na divisão entre doméstico e internacional – o tema regional em Relações Internacionais e EPI ainda tem se concentrado nos grandes processos do “macrorregionalismo” (Hettne, Söderbaum, 2002:35). A transcendência dessa divisão entre níveis e da ontologia espacial do Estado é o que Breslin (2002), por sua vez, vê como chave para conjugar Relações Internacionais, Estudos de Área e EPI no contexto da globalização. O autor sugere que análises voltadas para redes de produção e/ou alianças de classe que atravessam fronteiras políticas são a chave para tal tarefa.

Ao mesmo tempo em que a região aparece como um processo e, portanto, como um elemento de fronteiras e natureza mutantes, o imaginário espacial galgado no Estado ainda é ponto de partida para pensar o regional em EPI – assim como em Segurança Internacional e estudos afins. Essa característica processual da regionalização é capturada em EPI também no sentido de tornar o processo em um ator, de maneira a possibilitar análises não do processo, mas de seus resultados – como no caso dos estudos sobre a interação de blocos econômicos. Nessa linha, a região também pode ser entendida como captura, como

manifestação da metáfora do espaço emoldurado (Onuf, 1998b) ou homogêneo. Ainda que vá além dos atores estatais (onde os Estudos de Segurança se concentram, considerando as abordagens recuperadas anteriormente), a esfera do político em abordagens identificadas com EPI, quando não limitada aos Estados, se limita a problematizar a interação de elites burocráticas e corporações privadas no âmbito de processos político-econômicos (Underhill, 2006; Breslin, 2002).

Uma síntese do argumento cunhado nesse capítulo é possibilitada se considerado que há um conjunto de elementos que compõem um imaginário em torno da região no que se entende aqui por espacialidade moderna – e que permeia, em larga medida, abordagens identificadas com o estudo das Relações Internacionais. Consideradas as topologias da região contempladas, um elemento presente nessas abordagens é, nos termos de Walker (1993), a “analogia do doméstico” – que é o uso do referencial do Estado moderno como elemento heurístico para compreender a constituição e as relações que se dão no âmbito de qualquer espaço (p.133). A espacialidade que daí decorre é a mesma composta por referenciais tidos perenes como dentro/fora, eu/outro e em cima/embaixo. Fronteiras são bem demarcadas e nunca transgredidas, já que as relações sociais são entendidas como condicionadas/domesticadas por essas demarcações. Contudo, esse é um argumento que ainda carece de um refinamento futuro. Leva-se a crer, entretanto, que esse imaginário atua como filtro e que, perante isso, determinadas questões são deixadas de lado em favor de categorias de análise mais aceitas em relação ao internacional/global – como padrões de cooperação e conflito, macroprocessos de integração econômica, construção de instituições interestatais de segurança/econômicas, dentre outras.

Tais termos caracterizam, nos termos sugeridos aqui, a região como elemento de captura. Uma vez entendida como uma ontologia espacial que se caracteriza por ser um *tópos* entre o global e o estatal/local, a ideia de “região” acaba por obscurecer as relações que permitem entendê-la enquanto um espaço que comporta o imaginário por parte daqueles que a compõem, ou que se caracteriza pela densidade de relações que se entrecruzam por ela e dela partem. Essa ontologia específica faz com que a região se pareça com um macroestado ou com um minissistema nos moldes do sistema internacional moderno.

De forma semelhante, a metáfora do espaço homogêneo ou do espaço emoldurado é o que permite que determinadas representações igualmente perenes

e pretensamente homogêneas acerca de determinados espaços surjam. E essa lógica saber/poder operaria tanto no âmbito da disciplina de Relações Internacionais como nas relações internacionais. Nesses termos, a região se converte, então, em artifício (Haesbaert, 2010b). Dito de outra forma, a região pode assumir a função de um simulacro capaz de encapsular e homogeneizar espaços, territórios e sujeitos através de um dado referencial analítico, temático ou contextual.

Por fim, como salientam Bigo e Walker (2007), a simples busca por apagar as fronteiras do internacional em busca de um essencialismo no local ou um cosmopolitismo no global, não é a suficiente para acessar “o problema do internacional” – que, na perspectiva desse trabalho, se converte também no problema do regional ou de qualquer espacialidade que se pretenda sobre essas bases. Ainda parafraseando esses autores, o projeto aqui é intentar lançar luz sobre os múltiplos processos através dos quais se encoraja à amnésia sobre a gênese de práticas específicas – políticas, econômicas, mas também de reconhecimento e representação – em relação a determinados espaços.